
Violência na escola, da escola, e no entorno da escola

Rosemari Fackin

Mestre em Educação – UFPR;
Curso de Educação Física – Faculdade Dom Bosco.
Curitiba – PR [Brasil]
www.dombosco.br

Este trabalho apresenta um estudo sobre a violência da ou na escola. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é desenvolver políticas públicas assertivas, em relação à violência que assola e permeia o ambiente escolar. Com intuito de promover projetos que, realmente, atinjam seus propósitos, partiu-se para um estudo aprofundado sobre o tema: “violência da ou na escola”, e que trouxe subsídios suficientes para que se monte um protocolo capaz de mostrar como a comunidade escolar convive, age e reage perante os atos de violência que hoje afligem grande parte dessa comunidade e, por conseguinte, a sociedade. Com esses dados em mão, poder-se-á criar alternativas para trabalhar essa questão em todas as escolas. Percebeu-se que este estudo fará parte de uma proposta maior no trabalho geral desta pesquisadora: a de viabilizar a condução de uma política pública, com responsabilidade, para atender a toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Comunidade escolar. Sociedade. Violência.

1 Violência na escola, da escola, e no entorno da escola

Para a comunidade internacional de direitos humanos, composta de cidadãos e governos do mundo inteiro e representados na Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Declaração do Direito à Independência dos Países e Povos Coloniais, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a violência é compreendida como toda e qualquer violação dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e culto); políticos (ter participação política, direito de votar e ser votado), sociais (habitação, saúde, educação e segurança), econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Marilena Chauí, no entanto, afirma que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que essa mera constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor, por ser uma experiência subjetiva, é um conceito muito difícil de definir.

Marilena Chauí (1999, p. 3) define a violência de forma multifacetada:

violência significa: tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturalizar); todo o ato de força, contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de al-

guém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo o ato de violação da natureza de alguém e de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito [...] Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos.

Abramovay e Rua (2002) demonstraram, por meio de realização de pesquisas, que os jovens de classes populares, quando comparados aos de outras classes sociais constituem um dos grupos mais atingidos pelo fenômeno da violência.

De acordo com esses estudos, a precariedade dos serviços públicos e das condições de vida, a falta de oportunidades de emprego e lazer, além das restritas perspectivas de mobilidade social, são consideradas como potenciais motivadores de ações violentas.

Para Jares (2002, p. 76), quando as necessidades básicas, materiais ou não, para a auto-realização humana, não são satisfeitas, podem originar quatro tipos de violência: 1) a clássica, da guerra ao homicídio; 2) a pobreza e, em geral, as privações no campo das necessidades materiais; 3) a privação e repressão aos direitos humanos; a alienação e a negação das necessidades ‘superiores’.

Maldonado (1997) cita alguns tipos de violência: a estrutural, a sistêmica e a doméstica.

Minayo¹, (apud MALDONADO 1997, p. 9), descreve a violência estrutural como aquela que “se caracteriza pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utiliza de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural.” Para Maldonado (1997), esse tipo de violência diz respeito às condições sociais injustas a que é submetido o segmento mais desfavorecido da população, tais como miséria, má distribuição de renda, exploração, falta de assistência em educação e saúde. Esse segmento é considerado de risco, pois sofre, no cotidiano, os efeitos da violação dos direitos humanos.

A violência sistêmica caracteriza-se pela prática do autoritarismo do estado, manifestando-se na tortura, nos maus-tratos aos encarcerados e na ação dos grupos de extermínio, Ressalte-se que essa violação aos direitos humanos, em sua maioria, ainda permanece impune. A violência policial, conceitualmente falando, também se enquadra nesse tipo de violência. (MALDONADO, 1997).

A violência doméstica praticada no próprio lar, entre pessoas da família, refere-se às agressões físicas, à violência psicológica (xingar, humilhar, agredir com palavras), ao abuso sexual, à negligência e ao abandono. A violência doméstica, quando praticada em crianças e adolescentes, caracteriza-se por abuso do poder, exercido pelos pais ou responsáveis.

Violência urbana é outro tipo de agressão decorrente do comportamento deliberadamente transgressor. Sua manifestação mais evidente é o alto índice de criminalidade, e a mais constante é a infração dos códigos elementares de conduta civilizada.

Segundo Peralva (2000), na sociedade brasileira existe o despreparo das instituições públicas para garantir a ordem na democracia. Para a autora,

A nova importância adquirida pela violência fatal já não se explica mais, hoje, pela ausência de liberdade e nem mesmo pelas deficiências da igualdade. Explica-se pela debilidade dos quadros institucionais de regulação da experiência urbana e pela frágil relação dos brasileiros com a lei. [...] Embora as desigualdades sociais sejam freqüentemente invocadas para explicar os elevados índices dessa violência criminosa, tal explicação está longe de ser satisfatória. Desde 1995, todos os estados brasileiros passaram a situar-se nos níveis médio e superior do índice de desenvolvimento humano da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNUD). A violência nem por isso parou de crescer. Os dados disponíveis sugerem que os crimes violentos ocorrem preferencialmente nas unidades da federação de maior índice de desenvolvimento humano. As de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) produzem número bem menor de crimes. (PERALVA, 2000, p. 179-180).

Percebe-se durante a leitura de alguns autores, em particular das autoras citadas, que seus pontos de vista quanto à concepção sobre violência, de alguma forma, se contrapõem. Para Chauí, a violência é todo e qualquer ato de constrangimento que transforma seres racio-

nais em irracionais; no entanto, para Peralva, as desigualdades sociais, capazes dessa transformação, não são mais as responsáveis pelo aumento da violência. Há, portanto, urgência da sociedade e das autoridades constituídas em realizar um diagnóstico dos problemas encontrados, relacionados à criminalidade e à violência, para serem adotadas políticas públicas mais eficientes, principalmente na área social e educacional. Apenas perceber o aumento da violência e nada fazer resultará na impossibilidade de conviver no mundo.

No que diz respeito às causas da violência,

[...] os fatores determinantes e agravantes, são múltiplos - tanto em número quanto em natureza -, interdependentes e dinâmicos, alguns imprevisíveis e outros, fora das possibilidades de intervenção do cidadão. Trata-se de um problema complexo com o qual a humanidade se confronta. (MILANI, 2003, p. 33).

a ela e associados a uma sensibilidade aumentada por parte da população e dos meios de comunicação social, têm levado alguns a conceber que o ser humano é, por natureza, mau e violento.

Hoje, o Brasil tem altíssimos índices de violência. Os dados estatísticos relacionados a esse tema, somados a um aumento de sensibilidade tanto por parte da população quanto dos meios de comunicação social, têm levado alguns a conceber que o ser humano é, por natureza, mau e violento. No entanto, quatro fatores podem desqualificar essa idéia: 1) carece de fundamentação científica; 2) parece justificar a própria violência; 3) inviabiliza qualquer pro-

posta de prevenção e educação; e 4) gera apatia e paralisia. (MILANI, 2003, p. 34).

Quando a sociedade se vê ameaçada pela violência, quando os direitos humanos e a cidadania são violados, seus direitos de educação e democracia ficam abalados, pois a violência, na expressão de Peralva (2000), enfraquece as instituições responsáveis pela coesão social, pela socialização, entre elas, a escola.

Uma tarefa especial das forças autenticamente humanistas consiste em superar os riscos agressivos da vida social e propiciar a harmonia, a tolerância, a não-violência e a solidariedade.

De acordo com Debarbieux² (apud ABRAMOVAY; RUA, 2002), a violência no dia-a-dia das escolas está associada a três dimensões socioorganizacionais. A primeira, relacionada à degradação no ambiente escolar, gera dificuldades de gestão das escolas que, por conseqüência, afeta o ambiente escolar. A segunda caracteriza-se pela violência que procede de fora para dentro das escolas, por meio (entre outras) da atuação de gangues, tráfico de drogas e da exclusão social na comunidade escolar. A terceira refere-se a um componente interno, ou seja, às características próprias de cada estabelecimento de ensino. Nesse contexto, há escolas que, historicamente, têm-se mostrado violentas e outras que passam por situações de violência.

Segundo Abramovay e Rua, (2002), estudos de casos sobre a problemática da violência nas escolas serviram de referência para dar início, no Brasil, nos anos 1980, ao debate sobre esse tema. Os resultados obtidos desses estudos demonstraram que as principais formas de violência na comunidade escolar eram relativas às ações contra o patrimônio, tais como as depredações e as pichações. Na década de 1990, destacaram-se as formas de agressão interpessoal, principalmente entre os alunos.

Arendt (1994, p. 34-35) demonstra muito claramente:

Os resultados de uma pesquisa nas áreas das ciências sociais, nas ciências naturais, tendem a considerar o comportamento violento como uma reação mais 'natural' do que estaríamos dispostos a aceitar na ausência destas pesquisas. A agressividade, definida como um impulso instintivo desempenharia o mesmo papel funcional no âmago da natureza que os instintos sexual e nutritivo no processo vital do indivíduo e da espécie. [...] Dizer que a violência origina-se do ódio é usar um lugar-comum, e o ódio pode certamente ser irracional e patológico, da mesma maneira que o podem ser todas as demais paixões humanas.

Considerando-se a intensificação da violência intersubjetiva, existe, atualmente, uma nítida percepção em relação à violência cometida pelos alunos, podendo-se destacar o *bullying* escolar, que, na atualidade, vem despertando interesse de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, em todo o mundo, por sua larga disseminação nos últimos anos. Esse termo é encontrado na literatura psicológica anglo-saxônica, que define os comportamentos agressivos e anti-sociais referentes ao problema da violência escolar. Portanto, o termo inclui todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, praticadas, sem motivo, por um ou mais estudantes, contra outro ou outros, causando dor, sofrimento e angústia, e executadas numa relação desigual de poder, o que torna possível a intimidação da vítima.

Na língua portuguesa, não existe um termo que possa expressar todas as manifestações do comportamento *bullying*; no entanto, é possível relacionar algumas que o caracterizam, tais como insultos, intimidações, apelidos constrangedores, gozações que magoam, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam e infernizam a vida de outros alunos, levando-os à exclusão, além de danos físicos, psíquicos, morais e materiais.

O *bullying* é considerado um problema mundial, sendo encontrado em toda escola, em nível primário ou secundário, de instituições públicas ou privadas, na área urbana e também na rural. É um conceito peculiar e muito bem definido, de características próprias, e que pode causar traumas principalmente na construção do sujeito, de suas vítimas e envolvidos; por isso, não se confunde com outras formas de violência.

No Brasil, vários estudos vêm sendo realizados, com a finalidade de verificar o alcance desse fenômeno, entre os quais se destaca a pesquisa de Cleodelice Aparecida Zonato Fante, realizada em 2002, no interior do estado de São Paulo, em escolas públicas e privadas, com um universo de 1.761 alunos. Por meio dessa abordagem, comprovou-se que 49% dos alunos estavam envolvidos nesse processo. Desse total, 22% eram considerados 'vítimas'; 15%, 'agressores', e 12%, 'vítimas-agressoras'.

Segundo especialistas, as causas desse tipo de comportamento abusivo são várias, como por exemplo, a carência afetiva, a ausência de limites e o modo de afirmação de autoridade dos pais sobre os filhos, ações que incluem maus-tratos físicos e explosões emocionais violentas.

As conseqüências para as 'vítimas' desse fenômeno são graves, e promovem o desinteresse pela escola, o déficit de concentração e

aprendizagem, a queda do rendimento, o absentismo e a evasão escolar. Na esfera da saúde física e emocional, são responsáveis pela baixa resistência imunológica e perda da auto-estima, pelo aumento do stress, pelo aparecimento de sintomas psicossomáticos, transtornos psicológicos, depressão, levando, em alguns casos, ao suicídio.

Para os “agressores”, ocorre o distanciamento e a falta de adaptação aos objetivos escolares, à supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, projeção de condutas violentas na vida adulta, entre outras. Em relação aos “espectadores”, que representam a maioria dos alunos, eles podem sentir insegurança, ansiedade, medo e estresse, comprometendo seu processo socioeducacional. (ABRAMOVAY; RUA, 2002, FANTE, 2005).

A escola também produz violência, de forma sutil, escondendo-se sob o nome de “evasão”, “reprovação”, promovida pelos próprios educadores, por meio de regulamentos opressivos, currículos e sistemas de avaliação inadequados à realidade de uma comunidade escolar, tornando-a discriminatória e hostil aos alunos. Nesse ambiente, muitas vezes, intensifica-se a violência que a criança sofre no seu cotidiano social. Esta é uma característica marcante da escola racionalista acadêmica: sua incapacidade de lidar com as contradições, dogmatizando os fatos e fazendo do estudante um depositário de informações. Nessa escola, não há espaço para questionamentos. (LUZ, 1991).

A violência não é um ato gratuito, mas uma reação a algo que a escola significa ou, ainda pior, aquilo que ela não consegue ser.

A escola atuante, capaz de ensinar, não pode contar com neo-racionalistas que, esperta e rapidamente, acu-

sam de ‘ativismo’ o rompimento com as classes de jovens estigmatizados pela condição de serem apenas alunos, para que se tornem classes de estudantes. E para estudar é necessário ouvir, escrever, interpretar, discutir, investigar, tatear, experimentar, interpretar dados, desconfiar, tomar decisões, levantar hipóteses, anotar - em síntese, viver, o mais possível, o mundo real na escola. (LUZ, 1991, p. 11).

A violência escolar, historicamente, tem sido uma resposta “educativa”, na escola tradicional. Hoje, a própria estrutura de nossas escolas encerra violência quando reprovam, eliminam, não oportunizam a aprendizagem, de acordo com as necessidades e culturas que o próprio aluno traz. Isso se dá quando a violência verbal, por parte de alguns professores, priva a criança ou o adolescente de seus direitos, quando o espaço de direito para o aluno não é respeitado, ficando o professor com poderes de decidir se é “bom” aluno ou não. Nesse contexto, existe uma noção de ordem e de “aluno educado”, que diz: para que a educação ocorra, é necessário disciplina, e seu resultado é o aluno educado (LUZ, 1991).

Não se discute a finalidade última da educação escolar que é a aquisição crítica do conhecimento, e sim a forma como esse conhecimento ocorre. Nesse processo, a avaliação é representada por sofisticados métodos de medida que visam saber quanto o aluno é capaz de memorizar. Esta é, justamente, a culminância subliminar da violência praticada pela escola.

As situações de violências afetam a identidade da escola. Ela deve ser o lugar de sociabilidade positiva, onde se devem ensinar os valores éticos e formar espíritos críticos “[...] pautados

no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado.” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 300, FANTE, 2005, p.).

No entanto, organismos internacionais, governos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e escolas vêm despendendo esforços para oferecer novas alternativas aos jovens que convivem com a violência na comunidade escolar.

Pode-se citar, entre algumas dessas iniciativas, o Programa Prevenção da Violência no Meio Escolar, da Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre-RS, do qual cabe ressaltar um trabalho denominado “Dez pontos para prevenção da violência no meio escolar”:

1. Refletir sistematicamente a problemática da violência escolar;
2. Assumir a não-violência como referencial de toda ação de prevenção à violência;
3. Desenvolver a educação para a paz, como caminho de superação da violência no meio escolar;
4. Capacitar a escola para constituir-se em núcleo e centro promotor da paz e da Cultura de Paz;
5. Aprimorar as relações humanas na comunidade escolar;
6. Fortalecer espaços democráticos no sistema escolar;
7. Fortalecer a cidadania, o protagonismo juvenil e a mobilização social na linha de paz, não-violência e direitos humanos;
8. Incentivar projetos de integração entre a escola e a comunidade;
9. Constituir estratégias cidadãs de segurança;
10. Criar espaços de apoio às vítimas da violência.

Sabe-se não ser uma tarefa fácil erradicar a violência da sociedade, em razão de suas causas complexas. No entanto, é possível, e necessário, controlar alguns dos mecanismos que a geram, reduzindo seus efeitos.

Existem escolas que contribuem para a formação de cidadãos e a prevenção da violência, enquanto outras se tornam palco de exclusão, de violência e de marginalização. É, pois, imprescindível capacitar os professores e melhorar o modo de comunicação, interno e externo, das escolas, facilitando o diálogo com os alunos e seus familiares, tornando-os cientes de tudo o que ocorre no ambiente escolar. A participação efetiva de alunos e seus pais nas decisões da comunidade escolar, numa relação fundamentada no afeto e respeito, favorece o desenvolvimento harmonioso do educando, o qual depende da complementaridade entre educação escolar e familiar (DELORS et al., 2003, MILANI, 2003).

É preciso pensar a respeito da educação como um todo, desde sua “instalação” na formação da criança, até a preparação dos professores, pois o diálogo na construção do conhecimento formal promove a realização tanto do aluno quanto do professor. (RABBANI, 2003).

Tendo como propósito a construção de uma afinidade de conceitos nos diversos setores da Secretaria de Estado da Educação, fez-se esta pesquisa de cunho bibliográfico, para, em seguida, realizar a pesquisa-ação, pois sem essas concepções afins nenhum projeto poderá ter essa formulação.

Violence in school, from school and round about school

This work presents a study about the violence of the school or in the school. This is

a bibliographic research, whose aim is to develop assertive public politics in respect to the violence that desolates and permeates the school environment. In order to promote projects that really reach its proposals, it was started a deep study about the subject “violence of the school or in the school” that brought enough subsidies to elaborate a protocol able to show how the school community lives together, acts and reacts in the presence of the actions of violence that nowadays afflict the most part of this community and, consequently, the society. With these data in hands, it will be created alternatives to work this question in all schools. It was perceived that this study will be part of a bigger proposal in the general work of this researcher: to make practical the conduction of a public politic, with responsibility, to attend all the school community.

Key words: School community.
Society. Violence.

Notas

- 1 MINAYO, M. C. Inequality, violence and ecology in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 241-250, abr./jun. 1994.
- 2 DEBARBIEUX, É. (Coord.). *La violence à l'école: approches européennes*. Institut National de Recherche Pédagogique. In: *Revue Française de Pédagogie*, n. 123 avril, mai-juin, 1998.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violências nas escolas*. Brasília, DF: UNESCO, Instituto Ayrton Senna; UNAIDS; Banco Mundial; USAID; Fundação Ford; CONSED; UNDIME, 2002.
- ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3.
- DELORS, J. et al. *Educação: um tesouro a descobrir: 8. ed.* São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.
- FANTE, C A. Z. *Fenomeno “bullying”: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Verus, 2005.
- JARES, X. R. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LUZ, A. A. da. Planejando a cultura de paz e a prevenção da violência na escola. In: LUZ, G. O. F. da. *Os maus-tratos na escola. Iniciação*, Mafra, v. 2, fasc. 1, p. 1-92, 1991.
- MALDONADO, M. T. *Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MILANI, F. M. (Org.) *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.
- PERALVA, A. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RABBANI, M. J. Educação para a paz: desenvolvimento histórico, objetivos e metodologia. In: MILANI, F. M.; JESUS, R. de C. (Org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.